

STJ00112104

JULIANE CARAVIERI MARTINS
DANIEL BRAGA LOURENÇO
ZÉLIA MARIA CARDOSO MONTAL
CICÍLIA ARAÚJO NUNES
ORGANIZADORES

DIREITO ANIMAL

A TUTELA ÉTICO-JURÍDICA DOS SERES SENCIENTES

Londrina/PR

2021


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



© Direitos Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR,
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Direito Animal: a tutela ético-jurídica dos seres sencientes.

Organizadores: Juliane Caravieiri Martins, et al. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

642 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-020-9

1. Animais. 2. Senciência. 3. Dignidade. 4. Direitos zococentricos. 5. Título.
I. Martins, Juliane Caravieiri, et al.

CDD 341.347

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

1194605

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaió Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Ambiental :
341.347

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
NOTA DOS ORGANIZADORES.....	21
APRESENTAÇÃO.....	27
PREFÁCIO.....	33

PARTE I

DIREITO ANIMAL: HISTORICIDADE, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS.....	53
--	----

CAPÍTULO 1**Laerte Fernando Levai**

DIREITO ANIMAL NO BRASIL: HISTÓRIA E MEMÓRIA	55
Introdução.....	55
1 O passado obscuro.....	56
2 Legislação pioneira.....	59
3 A busca pelo direito	62
4 Rumo à consolidação.....	67
Conclusões	71
Referências.....	72

CAPÍTULO 2**Vicente de Paula Ataíde Junior**

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA TEORIA DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ANIMAL BRASILEIRO.....	73
Introdução.....	73
1 Regras e princípios segundo a teoria de Humberto Ávila.....	74

2 Princípios exclusivos e compartilhados do direito animal brasileiro	77
3 Princípio da dignidade animal	79
4 Princípio da universalidade	81
5 Princípio da primazia da liberdade natural	84
6 Princípio da educação animalista	86
7 Princípio da precaução	87
8 Princípio da participação comunitária	89
9 Princípio do acesso à justiça	90
10 Princípio da proibição do retrocesso	92
Considerações finais	93
Referências	94

CAPÍTULO 3

Carlos Frederico Ramos de Jesus

O ANIMAL NÃO-HUMANO COMO SUJEITO OU OBJETO: UMA ABORDAGEM DA SOCIOLOGIA DO DIREITO	99
Introdução	99
1 Construtivismo radical e não antropocentrismo	101
2 Pessoa - de Kant à Teoria dos Sistemas	104
3 A função do direito subjetivo	106
4 Direitos subjetivos aos animais?	107
5 Uma sociologia jurídica propositiva?	109
Considerações finais	111
Referências	112

CAPÍTULO 4

Renata Falson Cavalca

O DIREITO DOS ANIMAIS NO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: A FUNDAMENTAÇÃO ÉTICA E FILOSÓFICA DA PROTEÇÃO JURÍDICA DOS ANIMAIS	113
Introdução	114
1 Apontamentos filosóficos, éticos e jurídicos da proteção dos animais	123
Considerações finais	133
Referências	137

CAPÍTULO 5**Rafael van Erven Ludolf****Evelym Pipas Morgado**

ÉTICA ANIMAL ESPIRITUALISTA, É POSSÍVEL?	145
Antelóquio	145
1 Espiritualidade além dos muros	147
2 Espiritualidade dos Animais segundo o Espiritismo	151
2.1 O Espiritismo	151
2.2 Os animais segundo o Espiritismo.....	153
2.3 Responsabilidade humana com os animais	155
Síntese propositiva	159
Referências	159

CAPÍTULO 6**Rafacla Varandas Maldonado da Silva****Débora Fernandes Pessoa Madeira****Luiz Ismael Pereira**

ANÁLISE DO ESPECISMO NO CAMPO DO DIREITO: É POSSÍVEL PENSAR JURIDICAMENTE NO FIM DA EXPLORAÇÃO ANIMAL?.....	163
Introdução.....	163
1 Antropocentrismo, biocentrismo e a teoria do especismo.....	165
2 Implicações do especismo.....	171
Considerações finais	175
Referências	176

CAPÍTULO 7**Waleska Mendes Cardoso**

ANIMAIS SÃO PESSOAS NO DIREITO BRASILEIRO	179
Introdução.....	179
1 Animais são pessoas e sujeitos de direito no Brasil.....	180
Conclusão.....	192
Referências	193

CAPÍTULO 8**Carlos Naconecy**

PROBLEMATIZANDO OS “DIREITOS DOS ANIMAIS”	195
Introdução.....	195
1 “Direitos” não é uma noção suficientemente operacional em ética animal.....	195
2 O argumento dos casos marginais não prova que animais têm direitos.....	202
3 “Direitos” não esgotam a moralidade animalista	205
Considerações finais	211
Referências	212

CAPÍTULO 9**Tagore Trajano****Álvaro de Azevedo Alves Brito**

ENSINO JURÍDICO E DIREITO ANIMAL: UMA ANÁLISE À LUZ DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE DIREITO.....	215
Introdução.....	216
1 Ensino jurídico no Brasil.....	217
2 O direito animal como uma disciplina jurídica autônoma	220
2.1 Breves considerações teóricas sobre o direito animal.....	220
2.2 A autonomia jurídica do direito animal	223
3 O ensino do direito animal nos cursos de direito a partir das novas diretrizes curriculares nacionais	225
Considerações finais	227
Referências	228

CAPÍTULO 10**Rita de Cássia Marques Lima de Castro****Paulo Sérgio de Castro**

ECOSOFIA EMBASADA EM AFETO - POR UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA DO DIREITO ANIMAL	233
Introdução.....	233
1 Animais e o direito	235
2 O Estado da arte no Brasil – onde estamos e para aonde vamos? ..	238

3 Ecosofia – ou como desenvolver uma educação conscientizadora a favor do direito animal	242
Referências	245

PARTE II

DIGNIDADE DOS SERES SENCIENTES E DIREITOS FUNDAMENTAIS ZOOCÊNTRICOS	249
---	-----

CAPÍTULO 11

Felipe Pereira Maroubo

Shirlei Silmara de Freitas Mello

DIGNIDADE ANIMAL E O PAPEL SISTÊMICO DOS SERES SENCIENTES	251
Introdução	251
1 Visão sistêmica, constelações familiares e leis sistêmicas: hierarquia, pertencimento e equilíbrio entre dar e receber	254
2 Os pequenos no sistema: crianças e seres sencientes	259
3 Seres sencientes na família multiespécie: um olhar entre a visão sistêmica e o direito dos animais	263
Conclusão	272
Referências	274

CAPÍTULO 12

Maria Garcia

VIDA ANIMAL: A MÃE – NATUREZA E O SER-HUMANO	277
Introdução	279
1 Vida e vida animal	280
2 A mãe – natureza e a “religião do progresso” (Lorenz)	282
3 A condição terrestre comum e uma ética universal	283
4 Sensibilidade animal e a questão sofrimento, da dor e da morte	287
Referências	295

CAPÍTULO 13

Juliane Caravieri Martins

ATERAPIA MEDIADA POR ANIMAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DO DIREITO ANIMAL. O TRABALHO DOS PETS

TERAPEUTAS	299
Introdução.....	300
1 O respeito à vida pelas presentes e futuras gerações.....	301
2 A dignidade dos animais sencientes no estado constitucional ecológico.....	305
3 O direito animal e o trabalho desenvolvido pelos <i>pets</i> nas terapias mediadas por animais	310
Conclusão.....	321
Referências	324

CAPÍTULO 14

Pedro Vitor Melo Costa

DIREITO DA SAÚDE ANIMAL: ABANDONO E MAUS-TRATOS.....	329
Introdução.....	329
1 Direito e animais: fundamentação teórica	330
2 Proteção jurídica dos animais	333
2.1 Declaração Universal dos Direitos dos Animais e proibição de abandono, maus-tratos e atos cruéis.....	333
2.2 Instrumentos normativos de proteção aos animais no Brasil, a partir da Constituição da República de 1988.....	335
3 Manifestações culturais e abandono de animais. Como tratá-los? ...	338
Conclusões	340
Referências	341

CAPÍTULO 15

Cicília Araújo Nunes

O MODELO DE PRODUÇÃO ANIMAL SOB A PERSPECTIVA AMBIENTAL E ÉTICA: O MUNDO QUE ESTAMOS (DES)CONSTRUINDO	343
Introdução.....	343
1 Impactos ambientais do atual modelo de produção animal.....	344
2 Do nascimento ao abate do animal – um caminho ético?	350
Conclusão.....	356
Referências	357

CAPÍTULO 16**Ivanira Pancheri****Roberto Augusto de Carvalho Campos**

ANIMAIS PARA ALIMENTAÇÃO E ABATE “HUMANITÁRIO”..	361
Introdução.....	361
1 Revisão dos principais métodos de abate na indústria de proteína animal brasileira	363
1.1 Conceitos fundamentais	363
1.2 Bois	365
1.3 Porcos.....	371
1.4 Galinhas	374
Conclusão.....	377
Referências.....	377

CAPÍTULO 17**Francisco José Garcia Figueiredo****Gabriella Lacerda Montenegro Cordeiro**

OS ABATEDOUROS DA PARAÍBA E O DESRESPEITO À DIGNIDADE ANIMAL.....	381
Introdução.....	381
1 A construção da dignidade animal como um direito fundamental..	383
1.1 A mudança filosófica e ética no combate à crueldade animal.....	383
1.2 A dignidade animal à luz da Constituição da República.....	385
2 O descaso com a regulamentação animalista nos abatedouros paraibanos	387
2.1 Resultados da pesquisa realizada pela pesquisadora Dayana Firmino de Moraes à luz do Direito Animal.....	388
2.2 Resultados da pesquisa realizada pela pesquisadora Narjara Cristine Tavares à luz do Direito Animal.....	390
2.3 Resultados das visitas técnicas realizadas pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba – CRMV-PB.....	391
2.4 Resultados obtidos decorrentes das pesquisas efetuadas	392
2.5 A ineficácia da legislação animalista nos abatedouros	393
Considerações finais	394
Referências	395

CAPÍTULO 18

Karlos Alves

A PROTEÇÃO ANIMAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS ANIMAIS: VEDAÇÃO A PRÁTICAS CRUÉIS E MAUS TRATOS EM DIFERENTES CASOS.....	399
Considerações iniciais	399
1 A construção de um novo paradigma constitucional de tutela do meio ambiente e da promoção dos animais.....	400
2 Da importância da tutela dos animais para a manutenção do equilíbrio ecológico	402
3 Questões relativas à prática de crueldade e maus-tratos contra animais.....	405
3.1 A questão relativa ao controle de natalidade de cães e gatos no território nacional.....	406
3.2 Estado de Minas Gerais veda o sacrifício desnecessário de animais sadios	406
3.3 Maus tratos em animais utilizados em circos	407
3.4 Farra do boi, tourada, rodeio, vaquejada, laço e rinha.....	408
3.5 Sacrifício de animais em rituais, cultos e liturgias religiosas	410
3.6 A vivissecação, experimentação e pesquisas com animais vivos..	410
Considerações finais	411
Referências	412

CAPÍTULO 19

Cáritas Borges Dourado

Sheilla Borges Dourado

“ESQUIZOFRENIA MORAL” EM RELAÇÃO AOS ANIMAIS: REFLEXÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO, CAÇA E ENTRETENIMENTO.....	415
Introdução.....	415
1 Alimentação humana: dor, sofrimento e maus tratos aos animais..	417
2 Caça: dor e sofrimento por esporte	422
3 Dor e sofrimento aos animais por pura diversão e entretenimento	424
3.1 Circos e espetáculos itinerantes de animais.....	425
3.2 Zoológicos.....	427
3.3 Rodeios	428

Conclusão.....	431
Referências	431

Ariana Anari Gil

EXPLORAÇÃO DE ANIMAIS PARA ENTRETENIMENTO HUMANO●.....	435
Introdução.....	435
1 Da vaquejada e similares.....	437
Conclusão.....	447
Referências	448

CAPÍTULO 21

Patricia Tatemoto

Yuri Fernandes Lima

ANIMAIS EM ENTRETENIMENTO: A INTERFACE ENTRE ANTROPOCENTRISMO E BIOFILIA.....	451
Introdução.....	451
1 Capacidade cognitiva e aparato neurofisiológico em animais não humanos: para além da capacidade de sofrer	454
2 Entretenimento e manifestações culturais: o limite imposto pela crueldade	458
3 Associação entre entretenimento e conservação das espécies.....	464
4 Um futuro sustentável: ressignificando a biofilia.....	468
Conclusão.....	470
Referências	471

CAPÍTULO 22

Zélia Maria Cardoso Montal

A CRUELDADE CONTRA OS SERES SENCIENTES E A TRISTE REALIDADE DOS ESPETÁCULOS CIRCENSES	477
Introdução.....	477
1 Da dignidade do animal não-humano	478
2 Proteção dos animais não-humanos no plano da legislação	483
3 A crueldade contra os animais não-humanos	486

3.1 Utilização dos animais nos espetáculos circenses	487
3.2 Crueldade contra os animais na visão das Cortes Superiores brasileiras	490
Conclusão.....	492
Referências	494

CAPÍTULO 23

Adilson Pinto Gil

A TUTELA DE ANIMAIS SILVESTRES NO BRASIL, AVANÇOS E RETROCESSOS.....	495
Introdução.....	495
1 A tutela do Estado.....	497
2 O depósito de animais silvestres	500
3 A competência dos Estados.....	503
4 Aprimoramentos normativos	503
5 Atual entendimento.....	507
Conclusão.....	508
Referências.....	509

CAPÍTULO 24

Vanessa de Castro Rosa

Guilherme de Souza Campos

RESERVAS CINEGÉTICAS: OUTRO PERIGO PARA A FAUNA BRASILEIRA.....	515
Introdução.....	515
1 Visão ética e jurídica da caça.....	516
2 Caça no direito brasileiro.....	518
3 Tráfico de animais: a outra face da caça	522
Conclusão.....	526
Referências	527

CAPÍTULO 25

Frank Alarcón

CIÊNCIA E EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL.....	531
Introdução.....	531

1 Animais como objetos de experimentação científica.....	534
2 Experimentação científica com animais não-humanos no Brasil	536
3 A experimentação animal enquanto abuso socialmente aceito	539
Referências.....	542

PARTE III

A TUTELA JURISDICIONAL DOS SERES SENCIENTES.....	543
--	-----

CAPÍTULO 26

Daniel Braga Lourenço

Williem da Silva Barreto Júnior

A (IN)CONSISTÊNCIA DAS DECISÕES ENVOLVENDO A TEMÁTICA ANIMAL NO ÂMBITO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	545
---	-----

Introdução.....	545
-----------------	-----

1 A “farra do boi” e o RE N. 153.531/SC, julgado em 03 de junho de 1997.....	547
--	-----

2 Rinhas de galo: as ADI n. 1.856/RJ, n. 2.514/SC E 3.776/RN	549
--	-----

3 A vaquejada e a ADI n. 4.983/CE, julgada a partir de 06 de outubro de 2016	553
--	-----

4 O sacrifício ritual de animais e o RE n. 494.601/RS, julgado em 28 de março de 2019	557
---	-----

Considerações finais	559
----------------------------	-----

Referências.....	561
------------------	-----

CAPÍTULO 27

Fábio Corrêa Souza de Oliveira

ANIMAIS, O DIREITO E O STF: ENCRUZILHADAS DO CAMINHO.....	563
---	-----

Introdução.....	563
-----------------	-----

1 Antecedente: um alinhamento na jurisprudência do STF.....	566
---	-----

2 A decisão na ADI N° 4.983	569
-----------------------------------	-----

2.1 A inconstitucionalidade da vaquejada e/ou da lei?	570
---	-----

2.2 Dois votos emblemáticos.....	573
----------------------------------	-----

2.2.1 A fundamentação ecocêntrica.....	573
--	-----

2.2.2 O ingresso da Ética Animal no STF.....	575
--	-----

3 O <i>backlash</i> via legislativo	577
3.1 A Lei nº 13.364/2016: o ineditismo paradoxal.....	577
4 A EC Nº 96 é inconstitucional? Por que?.....	580
5 A decisão no RE Nº 494.601	583
5.1 Quebra do romance em cadeia?	584
5.2 A vanguarda iluminista não empurrou a história	586
Conclusões.....	587
Referências	588

CAPÍTULO 28

Silas Mendes dos Reis

A PROIBIÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FOIE GRAS – CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL DE SÃO PAULO Nº 16.222/2015 – RE Nº 1054386/SP – SÃO PAULO

Introdução.....	593
1 Natureza do direito dos animais não humanos	595
2 A dignidade senciente: o biocentrismo como novo paradigma existencial	596
3 A competência municipal para legislar sobre o direito dos animais não humanos	599
4 A jurisprudência das Cortes Superiores sobre a atuação dos municípios para a defesa do direito dos animais não humanos	601
5 Recurso extraordinário 1030732/SP	603
6 A proibição da produção e comercialização de <i>foie gras</i> – constitucionalidade da Lei Municipal de São Paulo Nº 16.222/2015.....	606
Conclusão.....	609
Referências	610

CAPÍTULO 29

Germana de Oliveira Moraes

DIREITOS DOS ANIMAIS E DA NATUREZA LEVADOS A SÉRIO. COMENTÁRIOS SOBRE O PRECEDENTE DO RECURSO ESPECIAL 1.797.175–SP (2018/0031230-00) DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO BRASIL. O CASO DO PAPAGAIO VERDINHO.....

Introdução.....	614
-----------------	-----

1 A dignidade dos animais: o outro lado do totem da dignidade.....	616
2 A luz de esperança no caso do papagaio verdinho. A inter-relação de harmonia entre o ser humano e a natureza. Direitos humanos e direitos da natureza	623
Conclusão.....	628
Referências.....	629

CAPÍTULO 30

Taciana Cecília Ramos

Cláudia Costa Paniago Pereira

A PERSPECTIVA ECOLÓGICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS ANIMAIS NÃO HUMANOS COMO SUJEITOS DE DIREITO. O CASO DO PAPAGAIO VERDINHO JULGADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RESP 1.797.175-SP)	631
Introdução.....	631
1 O princípio da dignidade da pessoa humana e sua vertente ecológica.....	632
2 O embasamento jurídico para a construção do direito dos animais não humanos no Brasil	634
3 O Recurso Especial (RESP) 1.797.175-SP como marco jurisprudencial relevante para o biocentrismo	637
Considerações finais	640
Referências	641

STJ00120428 - V.2

Juliane Caravieri Martins
Cicília Araújo Nunes
ORGANIZADORAS

DIREITO ANIMAL

**OS SERES SENCIENTES EM JUÍZO.
ASPECTOS PROCESSUAIS
E PROCEDIMENTAIS**

VOL. 2

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth,
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Direito animal: os seres sencientes em juízo. Aspectos processuais e procedimentais. Vol 2.

Juliane Caravieri Martins, Cicília Araújo Nunes (orgs). – Londrina, PR: Thoth, 2024.

324 p.

Inclui bibliografias

ISBN: 978-65-5959-707-9

1. Direito animal. 2. Judicialização. 3. Direitos zocêntricos. 4. Sujeitos de direito.

I. Martins, Juliane Caravieri; II. Nunes, Cicília Araújo.

CDD 344.81049

1259755

Índices para catálogo sistemático

1. Direito animal: 344.81049

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: as organizadoras

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORAS	7
AUTORES	9
PRÓLOGO	17
PREFÁCIO	19
INTRÓITO	31

CAPÍTULO 1

Vicente de Paula Ataíde Junior

DA ÉTICA AO DIREITO POSITIVO, DAS FONTES NORMATIVAS AO DIREITO REALIZADO PELO PROCESSO: AS PEGADAS DA CAPACIDADE PROCESSUAL DOS ANIMAIS NO BRASIL.....	35
Introdução	35
1 Sobre o Direito Animal no Brasil	39
2 A capacidade processual dos animais no ordenamento jurídico brasileiro...	48
3 O histórico julgamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.....	50
Conclusão	54
Referências.....	55

CAPÍTULO 2

Edna Cardozo Dias

DIREITO ANIMAL E ÁREAS DE ATUAÇÃO	59
Introdução	59
1 Assessoria Animalista Preventiva.....	60
2 Assessoria legislativa, para elaborar e acompanhar projetos de lei, tanto para parlamentares como para o segmento civil interessado	61
3 Acompanhamento de defesa ou acusação em processos judiciais (área civil ou penal) e administrativos motivados por infração administrativa: ações civis públicas, ações por danos e crimes contra a fauna, direito de família e direito condominial e exercício da advocacia como integrante do quadro de órgão do	

executivo	61
4 Assessoria e acompanhamento de termo de ajustamento de conduta (TAC) junto ao Ministério Público e acompanhamento do cumprimento das condicionantes impostas pelo poder público ao empreendedor ou infrator....	63
5 Apoio técnico para análise e elaboração de normas administrativas de proteção aos animais nas três esferas de poder junto aos conselhos ambientais e nas três esferas de governo e apoio técnico para análise e elaboração de leis de proteção animal	64
6 Auxílio para coordenação de cursos e seminários para empresas, estudantes e profissionais.....	65
7 Acompanhamento de inquérito policial	65
8 Assistente na Ação Penal Pública	66
9 Atuação junto ao terceiro setor e prestação de assessoria jurídica às sociedades civis sem fins lucrativos que tenham por fim a defesa do animal.....	66
10 <i>Compliance</i> e mediação de conflitos relacionados ao direito animal.....	66
Conclusão	67
Referências.....	67

CAPÍTULO 3

Laerte F. Levai

ECOLOGIA DE ESTRADAS: AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PREVENIR ATROPELAMENTOS DE ANIMAIS.....	71
Introdução	71
1 Sp-125: uma tragédia anunciada.....	73
2 Aspectos técnicos relevantes	76
3 Os fundamentos jurídicos.....	79
4 Liminar concedida, sentença procedente.....	82
Conclusão	84
Referências.....	85

CAPÍTULO 4

Ariana Anari Gil

A AÇÃO POPULAR COMO FORMA DE ASSEGURAR O DIREITO ANIMAL NA OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	87
Introdução	87
1 A ação popular no contexto ambiental nele inserido os animais.....	88
2 O abandono animal em via pública como ato lesivo à moralidade e legalidade	

administrativa	95
3 Saúde única.....	98
Conclusão	99
Referências.....	101

CAPÍTULO 5

Juliane Caravieri Martins

Cicília Araújo Nunes

Gustavo Henrique Velasco Boyadjian

OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E O ACESSO À JUSTIÇA EM TUTELAS INDIVIDUAIS MEDIANTE REPRESENTAÇÃO PELA DEFENSORIA PÚBLICA 103

Introdução

1 De semoventes a sujeitos de direito: a mudança de paradigma dos animais de estimação no direito brasileiro..... 106

2 Os animais de estimação - seres sencientes vulneráveis -, a família multiespécie e o acesso à justiça em tutelas individuais através da defensoria pública 113

Conclusão

Referências..... 130

CAPÍTULO 6

Fernando Rodrigues Martins

Guilherme Magalhães Martins

Marco Aurélio Nogueira

TUTELA JURÍDICA DOS SENTIMENTOS E 'FAMÍLIA MULTIESPÉCIE' CONSUMIDORA: OS DIREITOS BÁSICOS DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO SENCIOCÊNTRICAS..... 135

Introdução

1 Evolução da proteção jurídica dos animais no antropocentrismo 140

2 Ética biocêntrica, ética senciocêntrica e ética ecocêntrica: da racionalidade formal à vulnerabilidade ecológica. Em busca da *interpretatio in dubio pro natura*.....143

3 Família multiespécie e direitos básicos da relação de consumo senciocêntrica.....150

Conclusão

Referências..... 156

CAPÍTULO 7**Shirlei Silmara de Freitas Mello****Lais Pécora Ribeiro**

APONTAMENTOS SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS EMOCIONAIS PARA OS SENCIENTES NAS HIPÓTESES DE GUARDA COMPARTILHADA OU NÃO NAS FAMÍLIAS MULTIESPÉCIE..... 161

Introdução 161

1 Família multiespécie.....166

2 Guarda compartilhada: breves considerações..... 169

3 Sencientes na separação e divórcio.....174

Conclusão.....176

Referências..... 178

CAPÍTULO 8**Mateus Benato Pontalti**

TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS E ANIMAIS DE SERVIÇO: IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL E DEDUÇÃO DAS DESPESAS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPF..... 181

Introdução 181

1 Terapia assistida por animais e animais de serviço..... 182

2 Pressupostos teóricos 184

2.1 Da conformação constitucional do Imposto sobre a renda..... 184

2.2 Da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....186

3 Da possibilidade de deduzir despesas com animais usados em tratamentos de saúde e para auxiliar pessoas com deficiência 188

Conclusão 191

Referências..... 192

CAPÍTULO 9**Jane de Fátima Silva Rodrigues****Simone Silva Prudêncio**

A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG: REFLEXÕES SOBRE A TUTELA JURÍDICA.....195

Introdução 195

1 Legislação de proteção e bem-estar animal 196

2 Reportagens veiculadas sobre o assunto..... 204

3 Ações propostas pelo ministério público	207
4 Descaso do poder executivo: políticas públicas insuficientes	208
Conclusão	211
Referências.....	212

CAPÍTULO 10

Renata Falson Cavalca

A EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES EM JUÍZO	213
Introdução.....	213
A extinção dos animais.....	216
Conclusão	223
São as últimas palavras.....	225
Por que os Direitos dos Animais?.....	226
Referências.....	227

CAPÍTULO 11

Irvenia L.S. Prada

PARECER TÉCNICO SOBRE A CAVALGADA	229
---	-----

CAPÍTULO 12

Rafael van Erven Ludolf

MEDIDAS CONTRA A EXPORTAÇÃO MARÍTIMA DE ANIMAIS VIVOS.....	239
Introdução	239
1 Trilhas teóricas e empíricas	241
2 Comércio global de animais vivos	246
3 Exportação brasileira de animais vivos	249
Conclusão	253
Referências.....	253

CAPÍTULO 13

Yuri Fernandes Lima

BATALHA JURÍDICA CONTRA OS SUBTERFÚGIOS DO PODER PÚBLICO PARA PERMITIR O ABATE DE JUMENTOS NO BRASIL.....	257
Introdução	257
1 A ação civil pública contra o abate de jumentos	260
2 Os recursos contra a tutela antecipada	263

3 Os pedidos de suspensão	265
4 Outras ações ajuizadas	269
Conclusão	270
Referências	270

CAPÍTULO 14

Ivanira Pancheri

ENGENHARIA GENÉTICA EM ANIMAIS EXPLORADOS PARA ALIMENTAÇÃO E <i>PAIN-FREE ANIMALS</i> : ASPECTOS PROCESSUAIS DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO	275
Introdução	275
1 Engenharia genética	276
1.1 Proêmio	276
1.2 Conceptualizações	279
1.3 Exegeses	282
1.4 <i>Pain-Free Animals</i>	284
2 Proteção do patrimônio genético. Ação civil pública ambiental	287
Conclusão	291
Referências	292

CAPÍTULO 15

Carlos Frederico Ramos de Jesus

ADPF Nº 640-DF: DA PROIBIÇÃO DE CRUELDADE À PROTEÇÃO DA VIDA ANIMAL	297
Introdução	297
1 Distinção entre a ADPF 640-DF e os casos anteriores	298
2 Deveres diretos x deveres indiretos	300
3 A proteção à vida animal como dever direto no direito brasileiro	302
4 A lei Nº 14.228/2021 à luz da ADPF 640-DF	305
Conclusão	306
Referências	307

CAPÍTULO 16

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Paulo Sérgio de Castro

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE ANIMAL: POR UMA EFETIVA MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS....	309
---	-----

Introdução	309
1 Da relação dos seres humanos com os seres não humanos	312
2 Dos direitos do animal não humano e o foco em saúde e bem-estar.....	314
3 Projetos de lei em busca da materialização dos direitos dos animais não humanos.....	317
Conclusão	321
Referências.....	322